

# Jornal do SAEP-DF



Sindicato dos Auxiliares de Administração  
Escolar em **Estabelecimentos Particulares  
de Ensino** no Distrito Federal

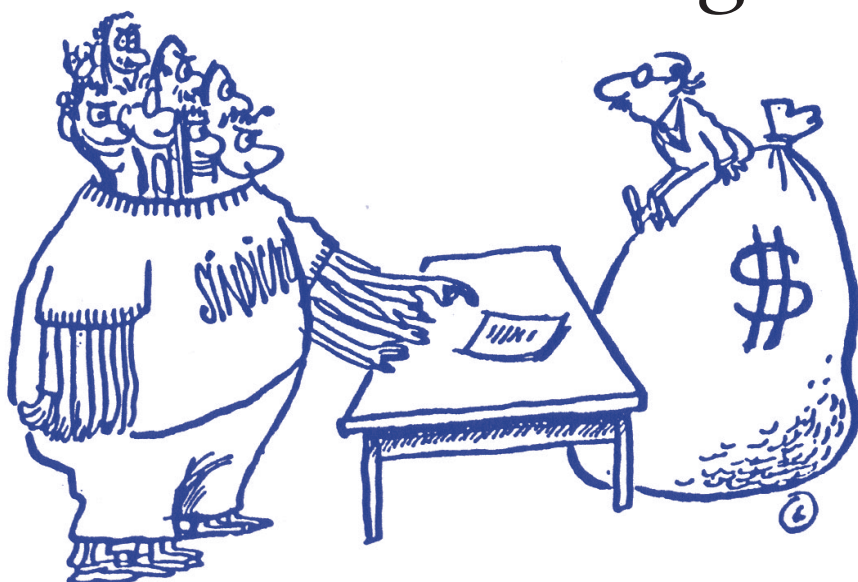
Filiado à



Órgão informativo do SAEP-DF - Ano II - nº 3 - agosto de 2007

## Campanhas salariais vitoriosas

*Auxiliares agora têm representação*



O SAEP tem firme posição quando se trata dos direitos dos auxiliares. Prova disso são as negociações construídas pelo SAEP com os sindicatos patronais - Sinepe e o Sindepes.

Paralelamente, a diretoria do SAEP percorre as escolas particulares para esclarecer aos auxiliares sobre a importância do Sindicato e da participação de cada um na construção de nossa entidade.

### Contee faz campanha pela valorização da educação

A Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) concentra seus esforços para



na Campanha Contra a Desnacionalização da Educação Superior, lançada no 13º Consind, no Rio de Janeiro. Para a entidade, a luta contra a desnacionalização do ensino superior está relacionada à luta contra a mercantilização do ensino.

A Campanha compõem-se de vídeos e materiais explica-

tivos. "A luta contra a mercantilização da educação não está dissociada da luta contra a desnacionalização da educação su-

perior", afirma a coordenadora geral da Contee, Madalena Guasco Peixoto. O projeto de reforma da educação superior, que tramita no Congresso, limita em 30% a participação do capital externo em instituições do ensino superior privadas.

Veja campanha completa na página da Contee - [www.contee.org.br](http://www.contee.org.br).

## NDA Júnior desrespeita acordo com auxiliares e professores

Um ano depois do fechamento do Colégio NDA Júnior, a instituição tem descumprido todos os acordos com a categoria, principalmente o TAC (Termo de Ajuste de Conduta), firmado no Minis-

tério Público do Trabalho (MPT).

O Instituto de Educação NDA Júnior não fez os depósitos do FGTS e do INSS, apesar de as parcelas relativas a esses benefícios terem sido descontadas. A instituição ou os seus representantes

também não estão pagando as férias, 13º salário, reajustes das convenções coletivas, multas contratuais e horas extras.

Diante destes fatos, os ex-funcionários do instituto denunciam e lutam para que seus direitos sejam rigorosa-

mente cumpridos. No que depender da diretoria do SAEP, haverá muita luta para que esses trabalhadores não sejam lesados. Trata-se de um compromisso com os auxiliares em administração escolar.

[www.saepdf.org](http://www.saepdf.org)

Acesse o site do Sindicato e informe-se sobre seus direitos

EDITORIAL

# SAEP celebra convenções coletivas

Superados os problemas que envolveram a fundação do SAEP como o primeiro estágio de construção do Sindicato, a entidade celebra com sindicatos patronais – Sinepe (educação básica) e Sindepes (ensino superior) – as primeiras convenções coletivas de trabalho da categoria.

Para a educação básica, a convenção terá vigência de dois anos. Isto é, valerá até o dia 30 de maio de 2009. O reajuste deste ano foi de 3,44%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e foi acrescido ainda de um abono de 9%, pagos em parcela única. A reposição de 2008, com base no INPC, será de 4%, com um abono de 9%.

Nesta convenção, o piso da categoria aumentou para R\$ 405. Em 2008, este valor será de R\$ 422. Trata-se de um piso baixo, entretanto, o SAEP manterá a luta para elevá-lo.

A estabilidade econômica dos últimos 4 anos e meio, aliada à inflação baixa e controlada, trouxe contradições para o movimento sindical, que impõem reflexão e luta. Ou seja, com baixos salários como os percebidos pelos brasileiros, em geral, e

os auxiliares em administração escolar, em particular, é necessário, a partir de agora, lutar por aumento real de salário, que é a conjunção da reposição das perdas, mais aumento salarial acima da inflação.

As variáveis que dão estabilidade à economia do País demonstram que o trabalhador brasileiro ganha mal e é preciso alterar esta realidade. Isto só será possível, de um lado com crescimento e desenvolvimento

econômicos, e de outro com organização e luta da categoria, com o Sindicato à frente.

Ou seja, reclamar silenciosamente e acusar que não se faz nada para melhorar esta situação é absolutamente insuficiente para alterar a realidade. Você, companheiro e companheira auxiliar, é co-responsável pelo êxito ou fracasso das lutas

do Sindicato.

Isto quer dizer, com você, o SAEP pode ser uma organização mais forte; sem você o Sindicato se enfraquece e a categoria é quem perde. Assim, ganha o patrão com nossa desorganização, que poderá impor arrocho salarial e jornadas escorchantes de trabalho. Pense nisto!

As variáveis que dão estabilidade à economia do País demonstram que o trabalhador brasileiro ganha mal e é preciso alterar esta realidade. Isto só será possível, de um lado com crescimento e desenvolvimento econômicos, e de outro, com organização e luta da categoria, com o Sindicato à frente

LICENÇA-MATERNIDADE

# Benefício pode aumentar para seis meses

*Projeto de lei sugere ampliação facultativa da licença-maternidade de 120 para 180 dias para as trabalhadoras da iniciativa privada*

A recomendação do Ministério da Saúde é clara: as mães devem amamentar seus bebês no mínimo até os seis meses de idade. Mas a licença-maternidade de quatro meses, adotada no Brasil, põe em risco essa regra tão importante para a saúde dos recém-nascidos. Para corrigir essa contradição, o Senado está discutindo o PLS 281/05, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB/CE), que prevê a possibilidade de prorrogação da licença-maternidade dos atuais quatro para seis meses.

Elaborado em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o projeto propõe a ampliação facultativa da licença-maternidade de 120 para 180 dias na iniciativa privada. Pela proposta, os empresários não serão obrigados a conceder os dois meses adicionais às trabalhadoras, mas, caso decidam fazê-lo, poderão deduzir do imposto de renda o dinheiro gasto nos dois meses a mais. A adoção da medida fará parte do Programa Empresa Cidadã.

No caso do serviço público, uma emenda ao projeto será proposta pelo relator, senador Paulo Paim (PT/RS),

para autorizar o Executivo a implantar a licença-maternidade de seis meses às servidoras públicas. Está sendo analisada ainda uma proposta para prorrogar a licença-paternidade dos atuais cinco para 15 dias, e uma outra que incentiva as micro e pequenas empresas (que já gozam de isenção fiscal) a aderir ao Programa Empresa Cidadã.

De acordo com a coordenadora do Programa de Desenvolvimento Infantil do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Jane Andrade, a licença-maternidade somente até os quatro meses tem provocado o desmame precoce das crianças. “A gente observa um desmame importante até os quatro meses, quando a mãe retorna ao trabalho”, afirma.

A senadora Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente espera que o projeto seja votado até o final do ano.

No Brasil, cinco estados já adotam a licença-maternidade de seis meses para funcionárias públicas: Ceará, Pernambuco, Amapá, Rondônia e Paraíba. Outros 49 municípios também já concedem o benefício.

Célio Azevedo/Agência Senado



CAMPANHA SALARIAL

# Acordos salariais exitosos, mas que precisam avançar

Ao fechar as convenções coletivas de trabalho deste ano para os auxiliares das instituições de ensino médio e de ensino superior fica constatado que essas poderiam ser bem melhores. Pelo tempo de existência do Sindicato, um ano e meio, e a insuficiente organização da categoria, conclui-se que o SAEP conseguiu construir um conjunto de vantagens para a categoria nas CCTs.

Do ponto de vista salarial, os auxiliares tiveram a reposição das perdas (3,44%, com base no INPC) e 9% de abono, pagos na folha de julho. Em 2008, a reposição será de 4%, mais um abono de 9%. Nestes termos, foi um bom acordo. O piso salarial deste ano é de R\$ 405. No próximo ano, sobe para R\$ 422.

Poderia ser melhor? Poderia! E não foi porque a categoria não está suficientemente organizada. Cabe ao Sindicato construir essa organização, com a ajuda imprescindível de todos os auxiliares, sem os quais o trabalho do SAEP não terá pleno êxito.

No quesito social, destaca-se a bolsa



Valéria Valdinéia

Mesa de negociação do SAEP com o Sinepe

de estudo; os cursos de capacitação profissional; a licença-paternidade de cinco dias; e assistência à saúde.

Em 2008, o fato de a convenção coletiva deste ano já ter definido o percentual de reposição permitirá à categoria construir uma campanha por aumento real de salário, isto é,

por aumento acima da inflação, chama atenção a presidente do SAEP, Maria de Jesus.

É preciso destacar que foi um bom acordo porque os donos de escolas e faculdades ou os seus prepostos, no início das negociações (foram oito reuniões até a conclusão dos entendimentos),

ameaçaram retirar direitos conquistados, e só não o fizeram porque o SAEP enfrentou a arrogância dos patrões e impôs os entendimentos contidos nas convenções coletivas de trabalho.

## ENSINO SUPERIOR

No segmento do ensino superior, os auxiliares tiveram a reposição das perdas inflacionárias, com base no INPC, que foi de 3,44%, a partir de 1º maio deste ano.

O piso salarial para o auxiliar com uma jornada de 44 horas semanais é de R\$ 450. O piso anterior era de R\$ 400, isto é, houve um aumento de cerca de 12%. Já para aqueles que exercem função que exige grau médio de escolaridade, o piso é de R\$ 520; o reajuste neste caso foi de 30%.

O sindicato patronal (Sindepes) recomendará a todas as instituições de ensino a ele filiadas estudar a implantação de vale-refeição ou vale-alimentação. Para conhecer as convenções coletivas na íntegra acesse a página do Sindicato — [www.saepdf.org](http://www.saepdf.org).

TAXA ASSISTENCIAL

## Sindicato forte para melhor representar os auxiliares

A taxa assistencial é um desconto convencionado nas assembleias de base quando os sindicatos estão em processo de negociação da convenção coletiva de trabalho da categoria. Portanto, são os próprios trabalhadores que definem as regras desse desconto nas assembleias de campanha salarial. Foi o caso do SAEP, que propôs um desconto de 2%, ratificado em assembleia.

Os sindicatos patronais também descontam de seus filiados – escolas, faculdades e universidades – cujo objetivo é financiar a entidade que defende e representa os interesses dos donos das instituições – os patrões.

O sindicato de trabalhadores tem cinco funções básicas junto aos seus representados, filiados ou não à entidade, que são: representar, organizar, educar para a cidadania, reivindicar e lutar por justiça social. E para isso são necessários recursos materiais e financeiros. Do contrá-

rio quem financiará os direitos e interesses dos auxiliares? Ora, os próprios auxiliares!

### SENTIDO DO DESCONTO

Nossa intenção é que todos se tornem filiados ao SAEP e participem politicamente da vida da instituição. Pagamos contas de água, luz, telefone, IPTU, como também contratamos assessoria jurídica e econômica (Dieese) para acompanhar a diretoria do Sindicato nas negociações de campanha e outras tantas demandas.

O SAEP tem que pagar seus funcionários, que recebem salários e benefícios semelhantes ao da categoria. Além disso, é necessário implementar as várias formas de luta, com participação nos movimentos sociais. Para isso é fundamental sustentar a infraestrutura do Sindicato, com o objetivo de atender adequadamente as demandas cotidianas da categoria.

## Fontes de financiamento dos sindicatos

Basicamente três são as fontes de financiamento ou custeio do sindicato. Conheça cada uma delas – contribuição sindical, que todos os trabalhadores pagam, sindicalizados ou não; taxa assistencial, percentual cobrado em função da assinatura da convenção coletiva de trabalho; e a mensalidade sindical, cuja contribuição é voluntária.

### CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Apesar de ser chamado de “contribuição sindical”, é um imposto instituído por lei e corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário de todo o trabalhador, sindicalizado ou não. Os valores recolhidos não são integralmente repassados aos sindicatos. Hoje, eles são distribuídos da seguinte forma:

- 60% - Sindicato da categoria
- 20% - Ministério do Trabalho
- 15% - Federação
- 5% - Confederação

### TAXA ASSISTENCIAL

Trata-se de cobrança de um percentual sobre o salário. É o trabalhador quem a determina quando da realização da assembleia geral da categoria, convocada pela diretoria do sindicato.

Como você verifica, fica clara a importância da sua participação nas assembleias para poder opinar e expressar sua posição.

### MENSALIDADE SOCIAL

A mensalidade é paga apenas pelos filiados. Esses contribuem com 1% do salário por mês, num total de 12% ao ano.

ASSÉDIO MORAL

# Como se manifesta no local de trabalho

É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigidas a um ou mais subordinado(s). Isso desestabiliza a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego.

O assédio moral caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados. Constitui uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares. Estes, por medo do desemprego e a vergonha de serem também humilhados associado ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o 'pacto da tolerância e

do silêncio' no coletivo. Enquanto isto a vítima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando, 'perdendo' sua auto-estima.

O desabrochar do individualismo reafirma o perfil do 'novo' trabalhador: 'autônomo, flexível', capaz, competitivo, criativo, agressivo, qualificado e empregável. Estas habilidades o qualificam para a demanda do mercado que procura a excelência e saúde perfeita. Estar 'apto' significa responsabilizar os trabalhadores pela formação/qualificação e culpabilizá-los pelo desemprego, aumento da pobreza urbana e miséria, desfocando a realidade e impondo aos trabalhadores um sofrimento perverso.

(\*) Do portal [www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org)

CONVÊNIOS



Estes convênios oferecem aos auxiliares de administração escolar, sindicalizados, o acesso facilitado a diferentes planos de saúde. Mais informações ligue no Sindicato. O SAEP, em breve, divulgará novos convênios.

## EXPEDIENTE

Órgão Informativo do SAEP-DF

SCS – Q. 01 – Bl. K – Sl. 202 – Ed. Denasa  
Brasília – DF – CEP 70398-900  
Telefones: (61) 3034-8685 / 8687  
Fax: (61) 3034-8688  
E-mail: [saepdf@gmail.com](mailto:saepdf@gmail.com)  
Sítio: [www.saepdf.org](http://www.saepdf.org)

Presidente: Maria de Jesus da Silva

Vice-presidente: Marilene Alves do Nascimento  
Secretário Geral: Francisco Ivan Pereira da Silva  
Tesoureira: Mirian Tavares Batista

Diretor Comunicação: Valéria Valdinélia A. S. Ferreira  
Diretora de Formação: Luciana dos Santos Amorim  
Diretor Administrativo: Idenes de Jesus Sousa Cruz

Edição: Marcos Verlaime

Jornalista responsável: Joaquim Jodelle

Diagramação: F4 Comunicação  
Impressão: Gráfica Plano Piloto  
Tiragem: 5.000 exemplares

CIDADANIA

# Anamatra lança campanha pela efetivação do Direito do Trabalho

Entidade lança no próximo dia 14 de agosto campanha nacional para debater temas relativos ao Direito do Trabalho e do trabalhador

O dia 14 de agosto vai marcar o lançamento da Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho, uma iniciativa da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) em defesa do Direito do Trabalho contra quaisquer tentativas de flexibilização e redução dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

A Anamatra inicia, dessa forma, movimento em prol do resgate do trabalho não apenas como meio de vida, mas como valor ético, o qual não pode ser vilipendiado por condições degradantes, pela discriminação, pelo salário vil, pela insegurança e pela miséria.

A Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho vai abordar diversos temas, entre eles: denúncia e elaboração de propostas para coibir fraudes nas relações de trabalho, terceirização, cooperativismo fraudulento da mão-de-obra, assédio moral, segurança e saúde do trabalhador e a importância da Carteira de Trabalho na vida do trabalhador.

O lançamento, na sede da Associação em Brasília, contará com uma conferência do professor da Unicamp, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, com o tema "O Direito do Trabalho como fator de inserção social e desenvolvimento econômico".

Na parte da tarde, os partici-

pantes serão contemplados ainda com outras duas conferências dos professores da Unicamp e doutores em Economia, Denis Maracci Gimenez, com o tema "O Direito do Trabalho e as reformas liberais no Brasil", e Anselmo Luis dos Santos, que discorrerá sobre "O papel do Direito do Trabalho na estruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil".

"Mais do que resistir às mudanças sinalizadas por meio de processos legislativos e do próprio

Executivo, a Anamatra apresenta uma política de efetivação dos direitos do trabalhador, convocando todos os segmentos da sociedade que tenham interesse em atuar nesse sentido, e não apenas as entidades que lidam com o mundo do trabalho", afirma o presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso.

Com ações afirmativas em âmbito nacional,

a Campanha pela Efetivação do Direito do Trabalho busca explicitar o pensamento da Anamatra e dos juizes do trabalho para impedir a mitigação ou subversão dos princípios do Direito do Trabalho, que visa o desvirtuamento do sistema normativo de garantias do trabalhador e, portanto, enfraquecer e desvirtuar um direito social básico e fundamental do ser humano.

